

COMUNICADO AOS LICITANTES – PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Considerando os termos do **Acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Advocacia-Geral da União (AGU)**, homologado judicialmente e constante do Anexo VII, esclarece-se que **não é permitida a contratação de cooperativas de mão de obra que atuem como meras intermediadoras de trabalhadores**, caracterizando desvio da legislação trabalhista e violação ao princípio da legalidade.

Entretanto, **é permitida a participação de cooperativas genuínas, autogeridas, que atuem de forma coletiva e com autonomia organizacional**, desde que **comprovem documentalmente esse regime**, conforme previsto no próprio acordo firmado com o MPT e em conformidade com a Lei nº 12.690/2012.

Para fins desta licitação, considera-se cooperativa legítima e autogerida aquela que:

- É composta por trabalhadores associados que deliberam em assembleia sobre a execução dos serviços, remuneração e organização interna;
- Presta os serviços de forma **coletiva**, sem subordinação hierárquica direta ao tomador;
- Possui **autonomia administrativa**, não funcionando como agência de fornecimento de mão de obra.

Assim, **a vedação imposta no acordo não se aplica às cooperativas autênticas de trabalho**, desde que atuem conforme os princípios da autogestão, da autonomia dos cooperados e da inexistência de subordinação.

As cooperativas interessadas em participar deverão, obrigatoriamente:

- Anexar documentos que **comprovem sua organização autogerida**, como estatuto social, atas de assembleia e relação de cooperados;
- Declarar que os serviços serão prestados **de forma coletiva**, por cooperados devidamente qualificados, **sem relação de subordinação direta com o órgão contratante**;
- Comprovar que respeitarão os parâmetros mínimos da **Convenção Coletiva de Trabalho** da categoria correspondente.

Esse esclarecimento visa garantir a **ampla competitividade** da licitação, **respeitar os limites legais do acordo judicial** firmado com o MPT, e **evitar a contratação irregular de falsas cooperativas**.